

BAC 7

boletim anti-colonial

Julho 1973



EDITORIAL

Um facto continua a marcar, no ano corrente, as lutas políticas no nosso país: o reforço das posições anti-coloniais. Uma análise dessas lutas deverá ter em conta os vários campos de acção e as diversas frentes por onde os processos avançam.

Assim, a nível mais aberto e beneficiando de uma certa margem de "legalidade", situam-se as movimentações no sector estudantil, no meio cristão e no "movimento legal pré-eleitoral".

Quanto ao sector estudantil, que já não é só universitário e técnico mas também liceal, nota-se um crescente alargamento do combate para fora das escolas, sobretudo através dos comunicados à população e manifestações de rua. Os cristãos, por seu lado, encontram formas específicas de intervenção à volta dos problemas da paz e de casos significativos como o do P.Mário de Oliveira. No "movimento legal" dá-se um relativo consenso entre as diversas correntes a respeito da opção anti-colonial, conforme se viu no Congresso de Aveiro.

Pelo menos nestes três domínios pode-se observar um incremento das iniciativas de agitação, acompanhado por uma notável circulação de textos informativos. Podemos acrescentar a estas vias aquela outra mais discreta mas porventura mais decisiva da acção de base com os trabalhadores, tanto no âmbito da empresa como no da zona de habitação.

Se toda esta actividade tem indubitavelmente importância, nem por isso ela deixa de estar sujeita ao risco do verbalismo. A luta anti-colonial corre o risco de se transformar num slogan

que todos repetimos uns aos outros mas que não altera a situação.

Neste sentido têm desempenhado um papel fundamental os frequentes actos de sabotagem até agora levados a cabo, cujo alvo predominante têm sido os objectivos militares. Mas pela sua mesma existência, as acções armadas mostram as lacunas da prática actual. Esquematisando, poderíamos dizer que entre distribuir um papel e colocar uma bomba há toda uma série de acções possíveis que ainda não foram desencadeadas.

Já no nº 4 do BAC transcrevíamos um documento onde se afirmava: "Sobretudo as forças armadas, principais instrumentos e também vítimas da política agressiva do governo, terão um papel decisivo no combate a travar. Apesar do número impressionante de desertores e refractários, as lutas no interior do exército, da marinha e da força aérea ainda não encontraram formas colectivas de resistência à guerra colonial".

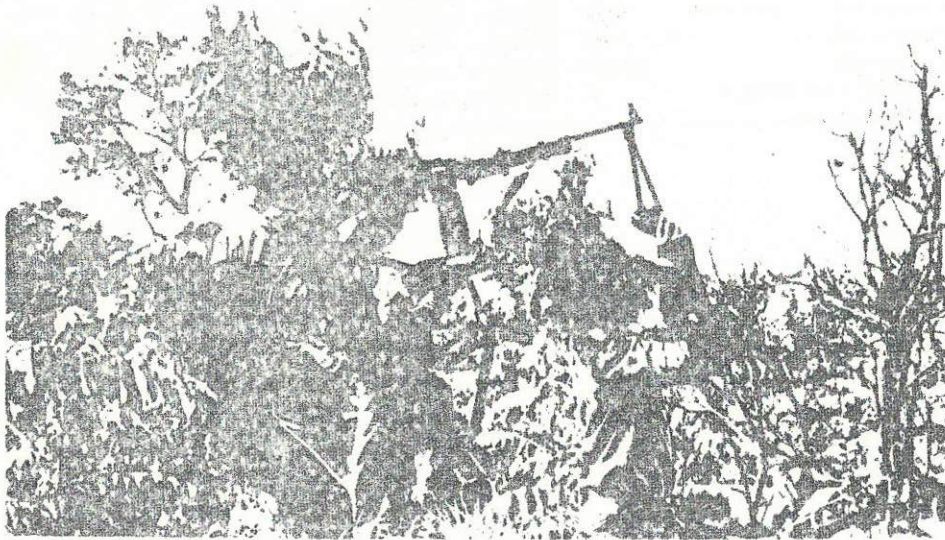
Numerosas tarefas imediatas e urgentes se põem aqui para os militantes políticos: refazer o debate sobre a deserção, crítica ideológica do militarismo, boicote da disciplina nos quartéis, formas organizativas durante o serviço militar, etc.

Além do âmbito das forças armadas é também indispensável desenvolver a ligação entre as lutas operárias e as lutas anti-coloniais, de modo que se manifeste a solidariedade entre o povo português e os povos africanos, subjugados pelo mesmo processo de exploração. Pensamos naturalmente em primeiro lugar naqueles trabalhadores que alimentam mais directamente o esforço de guerra

F.S.B.



A título de exemplo
transcrevemos um comunicado de guerra da Frelimo
referente ao início do ano corrente



Comunicado de Guerra

Tete

Transcrição do último comunicado militar recebido do Comando Militar da FRELIMO na Província de Tete, em 25 de Janeiro de 1973.

«A NOSSA OFENSIVA NA PROVINCIA DE TETE, INICIADA EM NOVEMBRO ULTIMO CONTINUA. NO DIA 17 DE JANEIRO AS 18 HORAS, LANÇAMOS 2 ATAQUES SIMULTANEOS CONTRA OS POSTOS DE FURANCUNGO E FINGOE. A GUARNIÇÃO DE CADA POSTO ERA DE UM BATALHÃO DE TROPAS PORTUGUESAS. OS NOSSOS ATAQUES TIVERAM COMPLETO SUCESSO. DESTRUIMOS OS EDIFÍCIOS E OUTRAS INSTALAÇÕES MILITARES INCLUINDO O DEPÓSITO DE MUNIÇÕES. TODOS OS CARROS FORAM PELOS ARES, E DEZENAS DE SOLDADOS INIMIGOS FORAM MORTOS. O INIMIGO NÃO REAGIU. NÃO PERDEMOS NEM SEQUER UMA AGULHA. A LUTA CONTINUA, VENCEREMOS!»

Em acções de sabotagem e emboscadas nas regiões de Manje, Vila Gamito, Furancungo e Casula, nos meses Outubro-Dezembro, os combatentes da FRELIMO mataram mais de 50 soldados inimigos, e destruíram 7 carros. Um posto inimigo foi também atacado.

No dia 15 de Outubro de 1972, os nossos camaradas emboscaram o inimigo nos seus poços na área de Manje. Cinco soldados portugueses foram mortos e vários feridos.

Na segunda metade do mês de Outubro

as tropas inimigas tentaram invadir as nossas zonas em Manje. Foram submetidas a constantes ataques que as forçaram a retirar-se, depois de sofrerem pesadas baixas. Depois da sua fuga, os nossos combatentes atacaram por sua vez o quartel de Manje e o campo de concentração de Chicoco, causando mais mortos ao inimigo.

Em 17 de Dezembro, atacámos o inimigo do posto de Nhamadende com fogo de artilharia. Várias casas foram destruídas e muitos soldados inimigos mortos.

Muitas acções de sabotagem tiveram lugar nos meses de Outubro a Dezembro, particularmente nas zonas dos "aldeamentos" de Golowi em 27 de Outubro, Sachirin em 29 de Outubro, no quartel de Manje em 5 de Novembro, no aldeamento de Chicoco em 28 de Novembro e na estrada entre Tete e Manje em 4 de Dezembro. Estas acções resultaram em 20 soldados inimigos mortos e 3 carros destruídos.

Em outras acções de sabotagem nas regiões de Vila Gamito, Furancungo, Bene, Manjanja, Dique e Casula, mais de 4 carros foram destruídos e cerca de 25 soldados inimigos foram mortos.

Niassa

Durante o período entre Outubro e Dezembro de 1972, os nossos combatentes na Província do Niassa realizaram acções de sabotagem e emboscadas nas zonas de Vila Cabral, Massangulo, Membe, Metangula, Meponda, Chissindo e

Maniamba. 6 carros foram destruídos, e mais de 50 soldados inimigos mortos.

Entre os ataques lançados pelas nossas forças, é de salientar o ataque contra o posto de Ma ta, no dia 25 de Novembro, que resultou na destruição parcial do posto, captura de muito material e libertação de 100 patriotas moçambicanos.

Cabo Delgado

As nossas acções na Província de Cabo Delgado têm-se caracterizado por uma intensificação dos ataques contra postos inimigos, com vista a desalojá-los completamente das nossas zonas. Assim, durante o período entre 27 de Dezembro de 1972 e 11 de Janeiro de 1973, atacámos 5 postos inimigos, a maior parte dos quais ficaram muito danificados. Dois desses postos foram assaltados pelas nossas forças, e muitas armas e outro material foi capturado.

ATAQUES:

No dia 20 de Dezembro, às 4 horas da madrugada, atacámos e assaltámos o posto de Quinhentati, tendo capturado várias armas, munições, uniformes e roupa civil.

No dia 27 de Dezembro as nossas forças atacaram o posto de Nacatar, destruindo 6 casas de alvenaria e matando muitos dos soldados inimigos.

No dia 1 de Janeiro de 1973 atacámos o posto de Nangade, destruindo o refeitório no momento em que os soldados portugueses se encontravam dentro. Pelo menos 8 inimigos foram mortos, e muitos outros feridos.

No dia 1 de Janeiro de 1973, de madrugada, as nossas forças atacaram e assaltaram o posto de Ulo, perto de Mocimboa da Praia. O posto foi muito danificado. Durante o assalto capturámos 13 armas, 2 rádios, 1 máquina de costura, 4 relógios de mesa, 1 bandeira portuguesa, roupa, material de cozinha, etc. Prêviamente, em acção combinada, para impedir o envio de reforços pelo inimigo, uma unidade de sabotagem da FRELIMO destruiu a ponte de Kinyeu, na estrada entre Mocimboa da Praia e Ulo.

Em 11 de Janeiro de 1973, atacámos o posto de Pundandar, destruindo várias casas e matando 10 soldados inimigos.

EMBOSCADAS E SABOTAGEM

Nas zonas de Ngapa, Ndadeque, Diaca, Mpanga e Mocimboa da Praia, matámos cerca de 20 soldados inimigos e destruímos 6 carros em emboscadas e acções de sabotagem.

BALANÇO DAS ACTIVIDADES MILITARES DO MPLA EM 1972

Soldados inimigos fora de combate	837	Emboscadas	108
Mercenários africanos mortos	64	Carrros destruídos	43
Angolanos libertados	387	Pontes destruídas	12
Armas de vários tipos capturadas	352	Ataques contra quartéis	27
Granadas capturadas	185	Quartéis totalmente destruídos	5
Munições capturadas	4.834	Barcos afundados	7
Aparelhos de rádio capturados	8	Helicópteros abatidos	5

Esclarecimento do MPLA

Certa imprensa, após o acordo efectuado entre o MPLA e a FLNA em Kinshasa a 13 de Dezembro de 1972, fez crer erroneamente à opinião pública internacional e angolana que o MPLA já não existe.

O acordo de Kinshasa não implica a dissolução das duas organizações angolanas em presença. O MPLA mantém todas as suas estruturas assim como a FLNA. Como é evidente não autorizam ninguém a referir-se ao MPLA como se ele não existisse.

O desejo de unidade não deve ultrapassar os factos e eles estão bem claros no acordo de 13 de Dezembro que se refere à constituição dos três organismos, o Comando Militar Unificado, o Conselho Político Angolano, o Conselho Supremo de Libertação de Angola, onde haverá igual representação das duas organizações, o MPLA e a FLNA.

O Comité Director do MPLA

O acordo M.P.L.A. - F.L.N.A. (excertos)

Considerando:

- a) A unidade do nosso povo e os objectivos comuns visados pelas nossas organizações.
- b) A necessidade vital de organizar uma luta revolucionária armada mais eficaz com vista a atingir os nossos objectivos.
- c) A fase actual da resistência em massa do nosso povo ao aparelho colonial de opressão.

Nós, dirigentes do MPLA e da FLNA chegámos a acordo sobre o que segue:

- A- 1. É criado um órgão denominado Conselho Supremo de Libertação de Angola (CSIA) cujo mandato é coordenar ao mais alto nível as políticas do Comando Militar Unificado e do Conselho Político Angolano.
2. O Conselho Supremo de Libertação compreende:
 - um presidente: FLNA
 - um vice-presidente: MPLA
 - todos os membros do Comando Militar Unificado e do Conselho Político.
- B- 1. É criado um Comando Militar Unificado (CMU) cujos campos de acção serão nomeadamente: recrutamento e formação; logística e reabastecimento; operações; reconhecimentos militares e informação.
2. O Comando Militar Unificado é composto por:
 - um presidente: MPLA
 - um vice-presidente: FLNA
 - seis oficiais escolhidos pelo MPLA e outros tantos escolhidos pela FLNA.
- C- 1. É criado um Conselho Político Angolano, responsável nomeadamente por: propaganda, mobilização, actividades diplomáticas, bem-estar da população civil, administração e consolidação das zonas libertadas.
2. O Conselho Político Angolano é dirigido por:
 - um presidente: FLNA
 - um vice-presidente: MPLA
 - seis membros designados pela FLNA e outros tantos pelo MPLA.

O MPLA e a FLNA puseram-se de acordo sobre o estabelecimento de um clima de paz e de fraternidade entre as suas forças respectivas e a cessação imediata de qualquer acto de hostilidade.



A caminho da libertação total

Na linha da crescente consolidação militar e política do PAIGC, a luta de libertação conheceu nos últimos meses uma rápida evolução, que se pode classificar de verdadeiro salto qualitativo. E isto apesar do assassinato de Amílcar Cabral e da desesperada política oportunista e demagógica do general Spínola, no afã de retardar o fim do colonialismo no território da Guiné. Mas não será esta política, nem serão os reforços militares e financeiros enviados apressadamente pelo governo português, que poderão evitar a vitória do povo da Guiné.

Esta rápida evolução, cujos episódios têm provocado aliás a circulação de notícias que por vezes se revelam sem fundamento (o caso da suspensão das carreiras da TAP para Bissau, por exemplo) caracteriza-se essencialmente:

a) pela consolidação política do PAIGC (expressa nas eleições realizadas no final de 1972 para a Assembleia Nacional Popular e na perspectiva da declaração de independência durante o ano corrente);

b) pelo aumento do potencial militar do PAIGC, cujo índice mais significativo é a utilização de mísseis terra-ar, acabando assim com a total impunidade e liberdade de movimentos da aviação portuguesa e obrigando o governo português a deslocar para a Guiné tropas destinadas a outras colónias;

c) pelos indícios de um próximo desencadear de acções de guerrilha urbana, mesmo na capital da colónia;

d) pela determinação com que o exército do PAIGC tem defendido as zonas libertadas contra as tentativas feitas por Spínola para as subjugar (caso da zona de Cantanhez, situada ao sul);

e) pela fraca resistência que o exército português, corroído pela desmoralização provocada por uma guerra criminosa e sem saída, oferece por vezes aos ataques das forças guineenses.

A derrota sofrida pelo exército colonial em Guileje, tomada de assalto após um bombardeamento ininterrupto pelas forças do PAIGC, é um exemplo eloquente da nova face da guerra. Campo entrincheirado de grande importância estratégica, a praça-forte de Guileje constituía um bastião colonialista no sul da país, junto à fronteira com a República da Guiné. Iniciado o ataque em 18 de Maio, e sem poderem dispor do apoio da aviação, os portugueses viram-se obrigados a abandonar a fortaleza no dia 22, quando já tinham sofrido 26 mortos, deixando 3 carros blindados, 5 camiões, 1 jeep, 2 canhões de 155 mm e enorme quantidade de outro material. Visitantes estrangeiros que visitaram a localidade dão testemunho da eficácia dos meios de ataque utilizados pelo PAIGC e do valor combativo das tropas de libertação. Tendo a guarnição portuguesa retirado para a praça-forte de Gadamael, foi logo de seguida este aquartelamento sujeito a ataque, só tendo sido possível evitar novo desastre pela chegada de poderosos reforços vindos de Bissau. O major que comandava Guileje foi preso, aguardando julgamento por ter retirado sem autorização do comando-chefe.

Esta ofensiva do PAIGC marca possivelmente a passagem da guerra de guerrilha para uma guerra de tipo convencional.

O número de mortos em combate na Guiné revelado nos comunicados do SIP das Forças Armadas durante o primeiro semestre deste ano foi de 135, três vezes superior ao verificado em igual período do ano anterior (48).

Apesar do potencial militar acumulado na colónia (40 mil homens - dos quais 25 mil europeus e 15 mil de recrutamento local), as forças colonialistas não conseguem deter o avanço do exército de libertação. A política obstinada do governo português poderá provocar uma carnificina, a não ser que as tropas se recusem a combater, o que já se torna cada vez mais frequente, à medida que a situação militar se agrava para os portugueses. O limitado apoio da aviação torna cada vez mais precária a situação e mais difíceis as comunicações de abastecimento, evacuação de feridos, etc. Um exército como este, que não acredita na sua missão, está condenado à derrota.

ANTI-COLONIALISMO

=====
PORTUGUESES CONTRA O COLONIALISMO
=====

Oposição Democrática

As Comissões Democráticas Distritais, reunidas em 27 de Maio de 1973 em Encontro Nacional da Oposição Democrática, tornaram público um texto, assinado por dez Comissões (Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal), onde entre outros pontos tomavam a seguinte posição a respeito da guerra colonial:

CONSIDERAR o discurso do Ministro do Interior proferido em 25 de Maio como extremamente revelador de que o Governo se prepara para limitar ainda mais drasticamente a actividade da Oposição Democrática durante a próxima farsa eleitoral, com vista a impedi-la de promover uma larga discussão pública dos graves problemas que afectam o povo português, nomeadamente a guerra colonial, e de exprimir as mais prementes reivindicações populares por uma vida melhor, liberta da exploração, da opressão e da guerra.

Uma recomendação

Numa reunião sectorial da CDE de Lisboa, com a presença de elementos de 17 bases, foi aprovada uma recomendação relativa à luta anti-colonial, da qual se pode destacar:

- 1º - Recomendam que o Movimento CDE de Lisboa encare a luta contra a guerra colonial como ponto fundamental da sua prática política. Isto porque:
 - a) uma opção socialista é inseparável desta luta
 - b) o reconhecimento da luta de classes, que deve constituir o conteúdo do Movimento Democrático, reclama a luta contra a guerra colonial
 - c) na guerra colonial condensam-se contradições importantes do sistema capitalista e esta guerra representa o seu mais grave factor de crise.
- 2º - Recomendam ainda que se esclareça, agite e leve o problema (...) aos jovens trabalhadores e estudantes e às mais largas camadas populares. O que se recomenda deve ter sempre em vista:
 - a procura permanente de formas de luta que sejam uma obstrução efectiva ao esforço de guerra colonialista
 - a procura constante da ligação entre a luta contra a guerra colonial e a luta pelo socialismo
 - a preocupação fundamental de as diversas lutas contra a guerra colonial corresponderem a movimentos de massas.
- 3º - Assim, recomendam que a luta contra a guerra colonial seja definida em termos anti-capitalistas e referida à exploração dos trabalhadores, quer portugueses quer africanos."

Testemunho de um missionário

O P. Luís Afonso da Costa foi missionário em Moçambique. Conheceu de perto a guerra colonial. Tem dado inúmeros testemunhos sobre a repressão criminosa praticada pelos portugueses naquela colónia. Transcrevemos parte de um desses depoimentos, que tem a data de 23 de Outubro de 1972:

Se o que sucede directamente aos próprios portugueses que são vítimas da guerra colonial portuguesa não se sabe, muito menos se saberá do que acontece a quem se encontra dentro desta mesma guerra. A repressão implacável contra as populações de Angola, Guiné e Moçambique tem sido mais que desumana. As vítimas levantam a sua voz para pedir ajuda. Se todos se unem poder-se-á evitar a destruição total. E hoje desejo apresentar-vos a realidade do que se passa em Moçambique. Juntos denunciemos o crime horrendo de quem tem a coragem de dizer: "esta-

mos a defender a civilização cristã em África", provocando a morte a milhares de pessoas, alienando outras por toda a vida, semeando lutos por todo o lado. Não compreendo como se possa afirmar que se está a defender uma civilização cristã, usando a mais intrínseca contradição do cristianismo: matar, escravizar, destruir, quando o cristianismo é vida, liberdade.

Eis, muito em síntese, a realidade actual: desde o mês de Maio de 1971 ao mês de Maio de 1972. A Frelimo - falo somente do distrito de Tete - destruiu pontes, fez saltar a linha férrea e o comboio, atacou e destruiu quartéis da tropa portuguesa (ex. o da Cairinga a cerca de 3 km da barragem de Cabora Bassa), atacou as colunas militares, fez embuscadas à tropa, etc.. Passou já para o distrito de Vila Pery, onde já começou a sua actividade.

Não sabendo como troncar este avanço da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) Portugal pediu auxílio aos rodesianos. De facto estes realizaram em Moçambique um massacre de 18 pessoas. A vingança cai sempre sobre o povo. A tropa portuguesa tem medo de seguir os guerrilheiros. Como não os encontra, procura incutir o terror nos habitantes das aldeias. Trata-se de uma repressão que deve ser qualificada de bárbara e brutal. Temos os nomes, as idades e o nome das localidades de origem de 110 mortos, todos da população civil.

- 65 homens, com uma idade média de 43 anos
- 21 mulheres, com a idade média de 40 anos
- 2 jovens, com a idade média de 17 anos
- 17 crianças, com a idade média de 8 anos
- 5 bebés, com a idade média de 4 meses
- as idades vão de um mês a 70 anos



Tortura:

40 homens foram batidos em Catemo até ao ponto de jorrar sangue, por um grupo de soldados do quartel de Moatize, no dia 17 de Setembro. Nessa mesma localidade obrigaram uma mulher grávida a servir os seus caprichos. Usaram-na durante dois dias e duas noites. Xavier Tomás, que foi torturado em Tete sexta feira santa de 71, conta que nessa prisão se encontravam mais de duzentas pessoas, afirmando que batiam muito. Eu posso dizer que não deve haver nenhuma aldeia da minha missão da Marara (Tete) que não tenha tido vítimas presos, torturados, exilados. Houve até mortes, fruto da tortura, como o que sucedeu ao senhor Driver de Inhama-janela, que deu entrada na prisão e que desapareceu.

A tortura temos que juntar a questão dos assim chamados "aldeamentos".

Voices de outras testemunhas: são elas militares, europeus e missionários, que não me deram particulares do que vou descrever.

Eis o que eles contam: cerca de 14 pessoas foram mortas, algumas das quais enforcadas, na povoação de Matema (Moatize). Perto das minas de Mavuzi (Tete), uma criança encontrava-se perto do local onde tinha rebentado uma mina, quando chegou um polícia das referidas minas. Pegou nela e desfê-la contra as pedras. Num sequência de várias explosões de minas nesta zona das minas de Mavuzi, seguiu-se uma repressão sobre a população civil. Mortos, braços e pernas partidos

foram vistos no hospital das minas por europeus que o visitaram nessa altura. Na região de Moatize (Tete), alguns soldados prenderam uma mulher grávida e forçaram-lhe o parto. Partiram em seguida a criança aos bocados e obrigaram o pai e a mãe a comer o próprio filho. Na zona de Caldas Xavier - Moatize (Tete) um helicóptero do exército português deitou uma bomba contra uma mulher e duas crianças, que morreram logo. Cerca de duzentas pessoas, na zona da Angónia (Tete), foram presas e mortas pelo exército, pois durante a noite tinham abandonado o aldeamento e regressado às suas velhas casas. Destruíram tudo. Na zona da Chiperá rebentou uma mina dentro do próprio aldeamento, fazendo saltar pelos ares uma viatura militar que estava a passar. Os soldados reunem toda a gente e matam-na a sangue frio. Se, segundo o documento que trata da formação dos aldeamentos estes podem ter de 250 a 400 famílias, podemos calcular um massacre de cerca de 1500 a 2000 pessoas. O grupo de fuzileiros navais que se encontrava de instância no Chiródzi durante os meses de Outubro - Dezembro de 71 destruíram toda uma povoação numa rusga que fizeram na zona da Chiuuta.

Na Universidade de Lourenço Marques

A Associação de Estudantes da Universidade de Lourenço Marques promoveu um estudo sobre a escolaridade em Moçambique, interrogando-se sobre para quem é a universidade e estabelecendo uma correlação entre o grau de escolaridade e o rendimento da população.

Desse estudo recolhemos estes elementos estatísticos:

- escola primária numa zona pobre de Lourenço

Marques

alunos brancos	8,4%
" indianos	1,5%
" mestiços	12,5%
" negros	77,6%

- ensino liceal

alunos brancos	74,3%
" indianos	8,3%
" africanos	8,1%
" mistos	7,9%
" amarelos	1,4%

- escola de um bom bairro de Lourenço Mar-

ques

alunos brancos	90,7%
" indianos	2,4%
" mestiços	2,8%
" negros	4,1%

- ensino universitário

alunos brancos	83,5%
" indianos	9,8%
" mistos	4,8%
" negros	1,1%
" amarelos	0,8%

Nem todos os portugueses são anti-colonialistas...

Uma publicação portuguesa dá-nos conta da estreita ligação entre o poder político, o poder económico e o poder militar. Elabora uma breve lista de nomes, acompanhada pelos interesses que defendem. "As suas mais vibrantes manifestações de 'patriotismo' têm quase sempre lugar nas assembleias gerais das grandes companhias e bancos ao aprovarem relatórios e contas a mais que apresentam escandalosos lucros líquidos confessados, como em 1970 os da Cª dos Diamantes de Angola com 324.720 contos, Banco Nacional Ultramarino com 116.185 contos, Sonefe com 59.407 contos, Sena Sugar com 35.478 contos, Cª do Caminho de Ferro de Benguela com 212.000 contos, Petrangol com 126.644 contos em 1968 e 63.422 em 1970, já depois de retiradas muitas centenas de milhares de contos para reservas, amortizações, provisões, etc.

Eis alguns nomes de tão inflamados «patriotas»:

- general Kaulza de Arriaga (administrador por parte do Estado, vice-presidente e presidente da Com. Ex. da Sociedade Portuguesa de Exploração de Petróleos — ANGOL, além dos altos cargos políticos e militares atrás enunciados)
- gen. António Spínola (governador da Guiné, ex-administrador da Siderurgia Nacional, com familiares ligados a interesses colonialistas)
- gen. Fernando dos Santos Costa (ex-subsecretário da Guerra, ex-ministro da Guerra, ex-ministro da Defesa, presidente do Cons. de Administração da Petrangol)
- gen. David dos Santos (presidente do Cons. de Adm. da SONEFE — Soc. Nacional de Estudo e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos, presidente do Cons. de Adm. da CARBONANG em 1967)
- gen. Costa e Almeida (antigo governador geral de Moçambique, delegado do governo na Soc. Portuguesa de Lapação de Diamantes em 1969)
- contra-almirante Vasco Lopes Alves (ex-ministro das colónias, ex-governador do Banco de Angola, administrador da Cª dos Diamantes de Angola)
- gen. Luis da Câmara Pina (ex-chefe do Estado Maior do Exército, membro do Cons. Fiscal do Banco Nacional Ultramarino)
- comandante António Luis Roquette Ricciardi (presidente do Cons. de Adm. da Companhia Combustíveis de Lobito, vice-presidente do Cª de Administ. da PETRANGOL)

- F.S.B.
- Comandante Carlos Guilherme Ivens de Mesquita (membro do Cons. Fiscal da PETRANGOL)
 - gen. António E. Antunes Cabrita (Administrador da SHER—Soc. Hidroeléctrica do Revué)
 - coronel António dos Santos Fernandes (administrador da Sociedade Agrícola do Cassequel)
 - capitão Francisco Dias Soares da Cunha (idem)
 - comandante Thomaz de Mello Freyner (administrador da Sociedade Agrícola do Incomati)
 - dr. Alberto Franco Nogueira (ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, administrador do Banco Espírito Santo e da Cª dos Caminhos de Ferro de Benguela)
 - dr. Luis Supicó Pinto (presidente da Câmara Corporativa, presidente do Cons. Adm. da Sociedade Agrícola do Incomati, vice-presidente do Cons. Adm. da Cª dos Caminhos de Ferro de Benguela)
A mulher tem-se dedicado a uma frenética propaganda colonialista através da organização fascista colonialista chamada «Movimento Nacional Feminino» de que é presidente.
 - dr. José Gonçalo da Cunhaottomayer Correia de Oliveira (ex-ministro da Economia, presidente do Cons. de Adm. do Banco Bancaria de Burnay, vice-presidente do Cons. de Adm. da Companhia Diamantes de Angola)
 - prof. Antunes Varela (ex-ministro da Justiça, presidente do Cons. de Adm. da SONAP e da SONARIP, administrador da Sona Sugar)
 - prof. José Gonçalves de Proença (ex-ministro das Corporações, vice-presidente do Cons. de Adm. do Banco Comercial de Angola)
 - prof. Luis Maria Teixeira Pinto (ex-ministro da Economia, administrador da Cavinda Gulf Oil Co., presidente do Cons. Geral do Banco Pinto e Sotto Mayor e da Sociedade Financeira Portuguesa)
 - prof. Costa Leite Lumbrales (ex-ministro do Comércio, ex-ministro das Finanças, ex-ministro da Presidência, presidente do Cons. de Adm. da Saor e da Angol)
 - dr. Mário Morais de Oliveira (ex-subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, governador do Banco de Angola)
 - dr. Manuel José Homem de Melo (deputado na Assembleia Nacional, presidente do Conselho de Administração da TEXLON, director do jornal «A Capital»)



=====
ANTI-COLONIALISMO NO ESTRANGEIRO
 =====

A conferência internacional de Oslo

De 9 a 14 de Abril realizou-se em Oslo uma Conferência Internacional de tipo novo, organizada conjuntamente pela OUA e pela ONU.

Participaram nela os Estados membros da Organização da Unidade Africana, os responsáveis das três comissões especiais da ONU (a do apartheid, o Comité dos 24 para a descolonização e o Conselho para a Namíbia), e os nove movimentos de libertação reconhecidos pela OUA para o conjunto da África Austral. Encontravam-se igualmente representantes de diversos organismos das Nações Unidas como a OIT, a FAO, a UNESCO, a OMS e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, bem como alguns peritos convidados a título pessoal. Estavam ainda presentes representantes de 56 países.

A Conferência aprovou por unanimidade uma série de propostas e recomendações que, no seu conjunto, constituem um verdadeiro programa. Eis alguns dos pontos mais importantes:

- Alertar contra qualquer extensão das actividades da NATO para o Atlântico-Sul e o Oceano Índico, podendo tais extensões ser consideradas como ameaças à paz e à segurança dos países africanos independentes e um acto de apoio directo a Portugal e à África do Sul.

- Adoptar um programa internacional de sanções económicas obrigatórias e de quaisquer outras sanções susceptíveis de contrariar o papel agressivo da África do Sul, de Portugal e da Rodésia.

- Afirmar que as negociações sobre o futuro da África Austral não devem ser estabelecidas senão com os representantes dos movimentos de libertação nacional reconhecidos pela OUA.

- Recusa de toda a colaboração com Portugal quanto ao problema da instalação de populações brancas em África.

- Decisão de não conceder nenhum empréstimo ou auxílio aos regimes racistas



e às empresas que actuem na África Austral.

- Recomendação no sentido de obter da Santa Sé que renuncie a aplicar nos territórios a Concordata e o Acordo Missionário com Portugal.

Vasco Cabral, membro do gabinete político do PAIGC, comentou nestes termos a reunião de Oslo:

"A conferência foi um êxito total. Atingiu-se um acordo construtivo que decorre do facto de os movimentos de libertação terem sido reconhecidos como participantes em pé de igualdade com os outros membros das Nações Unidas.

Estabeleceu-se um contacto em profundidade com o povo norueguês (encontro com organizações e personalidades políticas, apresentação dos nossos filmes, etc).

O apoio que a Noruega, potência da Nato, nos concedeu deve permitir a certos outros países distanciarem-se de Portugal que conduz uma guerra suja e comete toda a espécie de crimes contra os nossos povos africanos.

Vamos proclamar a existência do nosso Estado independente antes do final do corrente ano. Um número apreciável de governos africanos, asiáticos, latino-americanos e europeus asseguraram-nos (após o cobarde assassinato do nosso secretário geral, Amílcar Cabral) que nos reconheceriam imediatamente.

A Guiné-Bissau independente será dotada de um órgão executivo funcionando no interior do país. Desde 23 de Março passado, os combatentes do PAIGC abateram dez aviões portugueses. O PAIGC está firmemente determinado a prosseguir os combates que ele conduz há vários anos, permanecendo no entanto aberto a qualquer possibilidade de negociação com Portugal".

Outras Conferências na Europa

Além da Assembleia de Oslo, realizaram-se na Europa durante este ano outras Conferências internacionais de apoio à luta dos movimentos de libertação.

Em Março passado, na cidade italiana de Reggio Emilia, decorreu um importante Encontro para a libertação de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde. Ali se estudaram problemas da solidariedade para com os povos em luta, no seguimento de iniciativas concretas já em curso (por exemplo, o hospital fornecido por Reggio Emilia à Frelimo).

Por seu lado, a Universidade de Manchester promoveu, em 23 e 24 de Junho, uma Conferência subordinada ao tema "Revolution against portuguese colonialism". Além da presença de Marcelino dos Santos, devem-se registar os numerosos estudos ali divulgados sobre o colonialismo português no contexto da África Austral. A realização desta Conferência, pouco tempo antes da visita de Marcelo Caetano a Inglaterra, contribuiu para incrementar no país a hostilidade à política colonial do governo português.

As Igrejas cristãs e o Papa

O cônego anglicano Burgess Carr, um negro liberiano, secretário geral da Conferência das Igrejas cristãs não-católicas de África, foi recebido em audiência particular por Paulo VI no dia 25 de Junho. Burgess Carr goza de grande autoridade como representante de uma organização que abrange 78 Igrejas cristãs da África - foi também por sua iniciativa que os chefes do Sudão se encontraram para as negociações de paz: ao fim de 10 meses estes acabaram com uma guerra que tinha devastado o país durante 16 anos. Ele foi agora encarregado de expor ao Papa a situação das populações africanas das colónias portuguesas, cujas aspirações à independência são criminosamente reprimidas pelas operações militares e policiais. Relatou a situação dos cristãos nestes países e as reacções suscitadas pelo facto de Portugal se proclamar oficialmente católico e de estar ligado à Santa Sé por uma Concordata.